

A NOÇÃO DE FILOSOFIA NO ORIENTE E NO OCIDENTE*

Fernand Brunner

(Vice-Presidente da Associação das
Sociedades de Filosofia de Língua
Francesa — Nêuchâtel-Suíça)

Até data recente e como ainda ocorre em certos meios, contrapôs-se a filosofia oriental à ocidental, afirmando que a primeira ainda está ligada às crenças e às representações religiosas e não acedeu à racionalidade, não sendo, por isso, filosofia no sentido próprio; a segunda, produto do milagre grego, consiste no surgimento do **logos** a partir do **mythos**.

Diz-se, ademais, que se a filosofia na Idade Média ocidental rebaixou-se a servir a teologia, nem por isso deixou de cultivar sua independência: a razão soube distinguir-se da fé, de sorte que no fim deste período sombrio, a filosofia não precisou renascer das cinzas; teve apenas que levantar a cabeça e não deixou de fazer isto até nossos dias.

Este esquema, que concerne a fatos históricos, deve ser criticado no plano da história, como faremos. Tal esquema procede também de discutíveis perspectivas sistemáticas, isto é, de uma concepção estreita da filosofia, que impede o cientista de perceber a natureza da filosofia no passado, tanto no Oriente quanto no Ocidente e chegar a uma idéia satisfatória do Oriente e do Ocidente, hoje.

Este esquema reflete, assim, o etnocentrismo ocidental que, no último século e no começo deste, privilegiava o racionalismo moderno e a civilização científica e técnica. Garantido por autores ilustres e aceito pela cultura geral, a idéia da origem única do pensamento racional, nascida alguns séculos antes de Cristo na bacia do Mediterrâneo, dominava as consciências e justificava a projeção de um certo ideal intelectual sobre todas as civilizações, tendo em vista determinar o lugar de cada uma delas na evolução universal dos espíritos. Concluía-se que pertenciam, todas, à pré-história do pensamento ocidental, construindo episódios talvez úteis, mas de qualquer forma, retardados ou bloqueados, do grande impulso que conduziu até nós. Notemos, brevemente, que os termos **Oriente** e **Ocidente** revelam por si sós, este etnocentrismo. É por isso que os pesquisadores cha-

(*) Comunicação apresentada no Congresso Mundial de Filosofia, em Brighton, em 1988 e cedida especialmente para a revista **Reflexão**.

mados de “orientalistas” os abandonaram, o que não nos impedirá de conservá-los, no presente texto, por comodidade.

Quando se abandona o esquema que acabamos de evocar, para abordar com uma nova perspectiva as culturas orientais (seria curioso indagar como esta perspectiva nova pode nascer e em virtude de que outro milagre podemos hoje — ou acreditamos poder — transpor os limites de nossa cultura para abordar as dos outros com a ingenuidade que convém), percebemos que o fosso entre Oriente e o Ocidente não é tão largo quanto acreditávamos. Primeiro, o pensamento oriental não é este magma obscuro de pensamento religioso, como gostávamos de ver. Além do fato de sabermos hoje que o mito e a religião estão carregadas de sentido, sendo autênticas tentativas de explicação, observamos que o Oriente produziu pensadores de uma penetração e uma sutileza que não deixa nada a desejar no que respeita aos seus confrades ocidentais. As escolas budistas, por exemplo, nas suas discussões, tanto entre si, quanto com as escolas hindús, a respeito da realidade ou idealidade do mundo, revelam através de seus representantes uma inventividade intelectual e uma preocupação com o rigor e a precisão verdadeiramente admiráveis. Aliás, o ensinamento de Buda dirige-se tanto à inteligência quanto à vontade: é a explicação dos pensamentos que devem ser cultivados e da conduta que se deve ter.

Em seguida, observamos que a problemática das filosofias orientais está frequentemente espantosamente perto da nossa: mesmo não distinguindo sempre explicitamente as disciplinas, o Oriente propõe lógicas, teorias do conhecimento, físicas, metafísicas, morais, sabedoria.

Consideremos a teoria do conhecimento. Na Índia, a notável doutrina dos meios de conhecimento válido (*pramâna*) que determina seu número e natureza, é de uma riqueza e sistematicidade tais que não encontramos equivalente no Ocidente.

Certamente, cada filosofia ocidental recomenda ou condena a sensação, propõe um ou mais gêneros de conhecimento. Como Epicuro, cuja canônica enumera quatro fontes de saber, ou como Spinoza, com seus três gêneros de conhecimento. Mas a lista ocidental dos meios de conhecimento válidos não é retomada, discutida, modificada por todos os pensadores e desenvolvida por alguns destes até seis termos ou mais, como sucede na Índia. A reflexão intensa a propósito disto, à qual a filosofia budista e depois a hindu se entregaram, permitiu o estudo constante pelo pensamento indiano de temas importantes, como o dos erros dos sentidos ou a natureza da inferência. A respeito do primeiro, o número de explicações indianas das falsas percepções supera de longe o que o Ocidente forneceu a respeito do assunto. Mesmo se algumas soluções não conseguem obter aprovação de um ocidental de hoje, não deixam de atrair a atenção, pelo engenho intrínseco e a capacidade de derrubar objeções dos partidários das teses rivais. Quanto ao interesse da Índia pela inferência, este põe à luz a

extrema importância da discussão no pensamento indiano, a qual só tem equivalente, entre nós, na época da escolástica. Notemos brevemente, que hoje não julgamos mais a escolástica à moda de Casaubon, no século XVI — mostrando-lhe o local da Sorbonne onde tanto se disputara, ele perguntou: “e o que se decidiu?”, Sabemos que a escolástica medieval foi excelente escola de lógica prática e teórica. No estudo da inferência, a Índia revela brilhantemente a sutileza oriental, uma vez que a definição de **vyâpti** — que designa o “cruzamento” do modo de prova pela coisa a ser provada — deu lugar a tanto refinamento que talvez seja necessária uma meia página para transcrever, com a ajuda das fórmulas de nossa época, as definições que os lógicos indianos deram dessa palavra.

Da sua parte, a filosofia na Grécia não nasceu armada da coxa de Zeus. Werner Jaeger teve razão de falar da “teologia” dos primeiros pensadores gregos e mesmo os filósofos Platão e Aristóteles não podiam ser concebidos sem uma inspiração religiosa. Seria negligência pretender que esta permanece neles apenas como um resíduo, e que o peso do pensamento dos dois mestres está alhures. Por isso seria dizer que o que eles próprios julgavam mais precioso em seus sistemas, seria na verdade o que teve menor valor. Quanto ao estoicismo e ao neo-platonismo, são tão manifestamente impregnados de religiosidade que é desnecessário recordá-los.

Os fatos mostram pois, que o Oriente e o Ocidente tendem a se unir: o pensamento oriental cultiva também a discussão e a racionalidade, e o pensamento ocidental não está fechado às preocupações religiosas. Pode-se até descobrir no Oriente doutrinas puramente racionais e positivas — como talvez as forças primitivas de **nyâya** e do **vaisésika** indianos — e, no Ocidente, doutrinas puramente religiosas, como o mostra o célebre exemplo de Pedro Damiano, no século XII. É, pois, errôneo sustentar que o pensamento ocidental só se move no abstrato e sustentar que a filosofia chinesa, por exemplo, refere-se sempre à ação prática. As filosofias gregas recorrem também às imagens e símbolos e todas elas são sabedoria, visando mudar o homem e restituí-lo a si mesmo, quando não são mesmo doutrinas de salvação. Esta tendência subsistiu em seguida na idade média, ao lado mesmo da teologia, como o atestas os primeiros artigos de condenação parisiense de 7 de março de 1277. Manifestou-se ainda no Renascimento e, na época moderna, inspirou a modesta sabedoria de Descartes, ou de Locke, que deixa a religião ao lado da filosofia, ou as filosofias da salvação de Spinoza, Malebranche, Berkeley e do idealismo alemão, nas quais a filosofia vai até o fim da intenção religiosa.

É no momento em que a filosofia ocidental começa a concentrar-se sobre as ciências humanas e a finitude existencial, que a oposição Oriente/Ocidente assume o aspecto que recordei no início do texto. Mas não é absolutamente necessário privilegiar estas formas empobrecidas de

filosofia e definir a partir delas a essência de filosofia ocidental e de toda legítima filosofia. Mesmo se o pensamento contemporâneo no Ocidente e alhures fosse quase unânime em professar este recuo de sua ambição, não seria o caso de ceder à pressão, porque a escolha de sistemas filosóficos não diz respeito ao voto democrático e, neste assunto, uma situação de fato não diz nada sobre o direito. Uma filosofia não é só um fato de cultura, como um costume ou traje. Mesmo se permanece marcada pela cultura na qual aparece, a filosofia resulta do distanciamento quanto ao meio, de uma atividade de reflexão, de crítica, ou seja, de criação.

Apesar dos prodigiosos sucessos do pensamento científico e técnico e também por causa deles, muitos espíritos hoje, no Ocidente como no Oriente, sabem que o dobrar-se do pensamento finito sobre si mesmo não poderia ser o clímax que a humanidade sonha. Uma outra filosofia é requerida, dotada de uma faculdade de mais amplo abarcamento, integrando melhor os diversos aspectos da experiência humana. Sabemos que não podemos contentar-nos em dizer, por exemplo, que o método analítico é o único seguro. Certamente é legítimo, útil, e até necessário estudar os procedimentos das ciências segundo métodos rigorosos mas isso não será suficiente, se toda reflexão geral sobre a origem, o sentido, o fim da vida humana e do mundo, o bem e o mal, o relativo e o absoluto — em suma, todas as questões que outrora eram o próprio objeto da filosofia — for lançada às margens e limites do pensamento.

Dizer que estas questões são subjetivas, é uma escapatória que a inteligência não pode aceitar; como se a inteligência não pudesse nem devesse ocupar-se dessas questões, e só pudesse atingir o verossímil, mas um verossímil pensado e desejado. É ainda uma escapatória inaceitável sustentar que nestes assuntos as respostas são apenas fatos da cultura, porque considerá-las assim é não levá-las a sério, impedir que sejam discutidas, para adotá-las ou rejeitá-las.

Apelar para a reinstauração de filosofias mais amplas, capazes de levar em conta as intenções práticas e religiosas dos homens, como o fizeram com tanta freqüência os filósofos orientais e ocidentais, não é renunciar à razão; é abri-la mais amplamente, é perceber que a razão não é apenas o poder de experimentar e de deduzir, no sentido estreito e indubitavelmente eficaz — eficaz somente nos limites de uma certa ordem -- mas que ela é também, em todos os níveis de experiência, poder de julgar e avaliar; que a razão tem que se preocupar não somente com o fato, mas também com o valor; não somente com a descrição, mas também com a prescrição. Por que as situações que a razão tem que enfrentar seriam somente as situações que ela criou com as ciências particulares? Não se vê quanto se limitou a razão, entregando-a nas outras matérias à sujeição social e cultural, à dúvida ou desespero? Doadora de sentido, a razão tende a se

limitar, há alguns séculos, aos domínios estreitos, lógicos e experimentais, onde pode determinar um sentido limitado, dominar com maior segurança possível seu método e seus resultados. Mas todos os sentidos limitados que a razão encontrará em nós e ao nosso redor jamais lhe fornecerão o sentido universal ao qual sua natureza a convida a aspirar e que conduzirá, ao mesmo tempo, seu pensamento e sua ação. Aceitar buscar este sentido universal é, para a filosofia, sair do círculo fechado dos estudos sobre as ciências e sobre o homem finito, para encontrar a intenção de explicação total, que também se acha no coração da religião.

Concebendo desta maneira abrangente o trabalho da razão, somos levados a considerar e reinterpretar as filosofias de nossas tradições oriental e ocidental; a descobrir nelas o ponto central em que a filosofia e religião se encontram; e a compreender a religião como promotora de sentido e não como força irracional. Ao mesmo tempo, percebemos o papel que a filosofia pode desempenhar no seio da religião, reconhecendo, nas representações que a religião propõe, não as verdades científicas que não poderiam ser, mas os símbolos do sentido universal ao qual todas as consciências aspiram.

A filosofia, no Ocidente, parece ter chegado ao termo do despojamento ao qual sua evolução a fez consentir, uma vez que frequentemente perdeu sua abertura metafísica. No Oriente, por outro lado, a filosofia corre hoje o risco de virar as costas às riquezas que ainda possui; às vezes já renunciou a elas, ao menos oficialmente. Se forem conscientes de seu estado e quiserem sair dele, o Oriente e o Ocidente são como dois doentes que podem apoiar-se um ao outro para encontrar o caminho da cura, se deve haver cura.

Quanto a questão da comparação da filosofia oriental com a ocidental proporia, pois, aproximar, os dois espíritos em vez de separá-los, pôr à luz sua essência comum, mais que sublinhar suas diferenças — apesar do extremo interesse que há também de estudar estas diferenças — e evocar o perigo comum que correm e o ensinamento recíproco que podem oferecer uma à outra, para fazer face ao perigo.